



ÁREA TEMÁTICA: Teorias e Metodologias

Sociologia e Instabilidade

DORES, António Pedro

Agregação em sociologia

ISCTE

antonio.dores@iscte.pt

Resumo

A actual instabilidade social estrutural decorre de emergências sociais, como os direitos humanos, a igualdade das mulheres, as megalópoles ou a utilização das novas tecnologias de informação. À sociologia, ela própria fenómeno emergente, que papel caberá?

A sociologia da instabilidade coloca a teoria social no amplo campo das necessidades práticas próprias da condição humana, em vez de nos concentrar apenas nas obras individuais, museológicas entendidas, dos nossos modernos heróis.

Palavras-chave: naturezas sociais; estados de espírito; violência; emergência





Sociologia e instabilidade

A *sociologia da instabilidade* é uma proposta teórica e metodológica que parte do diagnóstico de desenvolvimento enviesado das teorias sociais, desde os clássicos até a actualidade. A teoria social transformou-se: da convergência de esforços intelectuais em prol da modernidade tornou-se numa teoria apologética da modernização, tal como é vista do alto das instituições. A pesquisa sobre o que seja e possa ser a nova sociedade tornou-se, em grande medida, numa contribuição para os esforços de legitimação e mesmo de apologia do *status quo* já institucionalizado, enquadrada numa dupla divisão de trabalho científica e institucional, epistemologicamente limitativa da imaginação sociológica.

A proposta aqui apresentada visa explorar as dimensões esquecidas das intuições fundadoras (em particular os estados-de-espírito – espírito revolucionário, espírito do capitalismo, consciência colectiva, por exemplo – e as violências institucionais com eles relacionados – a violência política, a violência económica, a violência moral, a violência judiciária, etc.) como forma de *adaptação (da sociologia, dos sociólogos e dos leitores dos trabalhos sociológicos) às transformações sociais em curso*, numa perspectiva de clarificação do âmbito da actividade cognitiva própria da nossa disciplina e de colaboração estratégica com outras áreas científicas e cognitivas activas, por exemplo, nos sectores da justiça, da saúde ou da construção civil, onde as competências sociológicas têm campos de progressão e desenvolvimento profissionais não utilizados até hoje.

Num tempo em que os desequilíbrios interinstitucionais são evidentes, não será boa política cognitiva alargar os horizontes das especialidades, geralmente pensadas a partir do interior das instituições, como se fossem sistemas fechados, e projectá-las num tempo largo, de onde emergiram as instituições, e onde vão refluir e desaparecer? Não está na hora de reflectir sobre até que ponto a penetração dos profissionais da sociologia nas áreas de actividade referidas (cuja dimensão e potencialidades de expansão são inquestionáveis, ao contrário do sector social, em depressão) poderá beneficiar da abertura epistemológica proposta com vista à colaboração com as disciplinas científicas e profissionais normativas, biológicas, tecnológicas aí dominantes?

Estará o futuro da teoria social assegurado por algum determinismo desconhecido? Ou teremos que ser nós, os sociólogos, a inventar e reinventar os nossos caminhos para o sucesso?

O segredo social sobre as emergências da violência

As idades de ouro do estrutural funcionalismo nos EUA e da sociologia francesa dos anos setenta passaram à história. Os seus legados abriram espaços de reprodução e de intervenção não negligenciáveis da sociologia, como comunidade científica. Todavia, a sucesso político do neo-liberalismo e do discurso único que o acompanha, bem como o dismantelar do Estado Social, grande empregador de sociólogos, e ainda a reorganização pela competitividade social das escolas superiores, nomeadamente sob o critério da empregabilidade, cruzam-se numa situação desfavorável à expansão e ao desenvolvimento das potencialidades cognitivas das teorias sociais.



Estamos, todos podemos concordar, num período de profundas transformações sociais. Mas quantos concordarão com a sua seqüela lógica? A sociologia, com todas as actividades humanas, terá que reagir, adaptando-se, reinventando-se.

A produção teórica tem sido estimulada a especializar-se em torno de ciências aplicadas. As sociologias especializadas (da família, da educação, do ambiente, do trabalho, da solidariedade social, da saúde, da justiça, da indústria, etc.) vêem a público servir propostas políticas, construindo-as e problematizando-as como modernizadoras, na convicção de ser esse (o progresso da modernização) o destino das sociedades. Como escreve (Coser 1964/1956:26-29), a empregabilidade dos sociólogos em tais contextos especializados tende a ser feita ocupando-os a esvaziar focos de problemas sociais na qualidade de peritos em relações humanas, em vez de os tornar em auto-assumidos promotores de reformas.

Detenhamo-nos um pouco neste ponto. O progresso da modernização é uma fé, actualmente em declínio. Quando era partilhado por toda a sociedade, o fito da modernização mais ou menos idealizada, serviu não só para estabilizar uma moral progressiva na consciência colectiva dos sociólogos, mas também para legitimar as suas funções sociais aos olhos dos empregadores: encontrar soluções práticas para evitar consequências perversas das emergências sociais próprias do progresso e da modernização das instituições, tal e qual os entendiam os dirigentes e patrões dos próprios sociólogos.

O Estado Social organizou o consenso político sobre o ideal de uma sociedade pacificada e reconciliada como condição de participação política institucional. O que se conjugou com as ideologias científicas predominantemente mecanicistas e centradas nos equilíbrios. Como genialmente mostrou (Elias 1990/1939), o processo civilizacional tem sido culturalmente incorporado como repugnância emocional e fisiológica à menção da violência. O que não impede ter sido o século XX, por iniciativa da humanidade, o século mais mortífero e destruidor de que há memória (Elias 1997).

Da mesma forma que da Revolução Francesa a sociologia recorda apenas a transformação social (esquecendo as violências), também do progresso do século XX apenas regista as estatísticas sociais. Os sociólogos têm partilhado, com as outras pessoas “civilizadas”, a incorporação da repugnância emocional perante a violência, ao ponto de fazerem dela segredo. O que reforça a tese de Elias. Mas suscita, ao mesmo tempo, a análise deste segredo social, mecanismo afinal vulgar e capaz de encobrir aos olhos de todos (e também dos sociólogos) as violências emergentes. A violência doméstica, os abusos sexuais, as injustiças contra os excluídos, a corrupção na apropriação do território, os interesses económicos que podem sobrepor-se aos cuidados de saúde, etc. Encobrimentos esses que podem ser revelados ocasionalmente, para escândalo das pessoas “normais”, para depois voltarem à normalidade.

Esta condição cognitiva própria do Estado Social (de evitar tensões demasiado fortes) tem sido partilhada pelos sociólogos, cuja expansão por via profissional acompanha esta contradição entre os desejos e esperanças de quebrar a violência pelo progresso e a real liderança do progresso por actos de violência inauditos e inacreditáveis. A cegueira moral das sociedades (política e mediaticamente reforçada) perante as violências é real, consequência lógica do processo civilizacional, a que Norbert Elias, ele próprio, não consegue escapar. Menos escaparão, concerteza, os sociólogos empenhados em cumprir missões profissionais como técnicos ao serviço da unidade e boa imagem das instituições que os acolhem, na condição de reserva da divulgação de informações referentes a conflitos internos ou externos, função exclusiva da administração dessas instituições.



É claro que os sociólogos se referem de alguma maneira à violência e procuram dar-lhe um lugar teórico compatível com análises sociais objectivas e certeiras. Quem desconhece a violência simbólica de Bourdieu e a sua comparação da sociologia a uma competição de boxe – pessoalmente preferiria de rugby, mas cada um tem o seu próprio *habitus*? Giddens (1985) inaugura a sua colaboração com a sociologia portuguesa apresentando uma proposta de reorganização das dimensões analíticas das estruturas sociais, adaptando-as à época dos anos setenta e oitenta do século passado, incluindo as oposições vivazes dos sectores bélicos com os movimentos pacifistas e dos sectores de segurança com os movimentos de direitos humanos (além dos conflitos mais reconhecidos entre os sectores industriais e os movimentos ecologistas, ou os sectores capitalistas e os movimentos dos trabalhadores). A questão teórica e estratégica é esta: deveremos, nas actuais circunstâncias, manter a *sujeição ideológica à repugnância culturalmente incorporada perante a violência*, em consonância com o senso comum, ou aproveitar a oportunidade histórica para incorporar as análises da violência no centro das teorias e das actividades dos sociólogos profissionais?

Romper com o senso comum

A nossa proposta é a de retomar a liberdade de análise dos clássicos e desenvolver, teoricamente, um espírito de maior humildade intelectual na teoria social, arredando radicalmente a tradição cognitivamente imperialista da teoria social e, do mesmo passo, apresentar uma ambiciosa estratégia de abertura de perspectivas de desenvolvimento e afirmação, não apenas das teorias mas também dos campos de intervenção profissional dos sociólogos.

A ideia é a de recuperar a noção de Durkheim sobre o que é o objecto de sociologia, a que ele chamou consciência colectiva, e limitar a isso a atenção das teorias sociais. Outros campos de realidade, como o corpo, a mente (em níveis inferiores) ou a alma (a níveis superiores) deveriam ser deixados a ciências mais capazes e preparadas para organizarem o seu estudo (a fisiologia, a neuro-biologia, a psicologia humanas, por exemplo, nos níveis inferiores, a teologia, a filosofia, a literatura, nos níveis superiores). Esse será um acto de humildade e clarificação: à sociologia não cabe explicar tudo, nem integrar todos os conhecimentos científicos legítimos, como pensavam os positivistas no século XIX, mas sim especializar-se em compreender e explicar o que são os fenómenos sociais e quais são as razões da sua efectividade prática. Será também um gesto de bom senso: na prática, a sociologia é uma actividade cognitiva com prestígio e influência social inferior a muitas outras. De facto, os sociólogos não vêem melhor: vêem diferente.

A proposta teórica desenvolvida concebe-se como extensão de outros saberes, nomeadamente através da clara definição de níveis de realidade (alguns extra sociológicos) com os quais se torna indispensável estabelecer pontes e articulações cognitivas. A tradição teórica da sociologia mostra como as inspirações de ciências muito diversas (da física à biologia, da psicologia à economia) não só animam os debates teóricos, como também são usadas para explicar mecanismos inferiores ao nível social da realidade analisado, bem como ter em conta os efeitos de sobredeterminação dos ambientes superiores. A proposta também serve para manifestar a outras disciplinas cognitivas o interesse e a abertura de colaboração em rede, prevendo o estabelecimento, entre si, de relações tendencialmente não hierárquicas mas teoricamente organizadas. Trata-se de promover a pesquisa de oportunidades práticas de produção de sinergias interdisciplinares e interinstitucionais, portanto transdisciplinares e transinstitucionais, num sentido distinto do positivismo tradicional: sem aspirações de hegemonia cognitiva e sem ilusões determinísticas relativamente ao progresso. Positivista no sentido de promoção da avaliação pelos resultados, de independência estratégica perante as correntes intelectuais e políticas socialmente dominantes, de politécnico ao serviço dos povos,



ideologicamente livre das tendências de senso comum. Nomeadamente com sentido crítico perante os conceitos de *empregabilidade* actualmente condicionadores das formações escolares superiores, cuja lógica é manifestamente *desfavorável ao desenvolvimento da nossa ciência e da nossa profissão, tal e qual actualmente se apresentam*.

A consolidação de uma tradição cognitiva, segundo (Collins 2005/1998), é mais provável no prazo de seis gerações consecutivas de trabalho. No caso da sociologia, se for certo o que diz o autor, estamos com três ou quatro gerações, a meio do percurso de inscrição na história das ideias da humanidade. Numa situação que no futebol se costuma caracterizar como sendo de último passe. Seremos nós, os sociólogos, capazes de reagir proactivamente às transformações sociais e cognitivas em curso, politicamente condicionadas pelo sucesso do neo-liberalismo, de modo a não apenas sobreviver mas também prosperar nas próximas décadas?

As probabilidades de bom sucesso, defende-se neste artigo, serão menores se continuarmos submetidos ao segredo social próprio do Estado Social sobre a violência. Aliás, essa é uma razão para a conjuntura nos ser desfavorável. Quanto mais nos fecharmos sobre as nossas conquistas anteriores e nos dividirmos em especialidades, sem capacidade de observar o quadro operacional do conjunto da disciplina, menores serão as probabilidades de desenvolvimento da sociologia.

Quanto mais disponíveis nos dispusermos ser, e a estar, face a conhecimentos estruturalmente inovadores (eventualmente clássicos, mas esquecidos pelo rame-rame disciplinado) de dentro e de fora da nossa disciplina, quanto mais procurarmos sentir e assumir as dificuldades sociais (dentro e fora das instituições) como necessidades reais (ainda que por vezes sejam apenas simbólicas), mais alternativas vasculharemos e maiores a probabilidades de encontrarmos saídas úteis. Ao darmos visibilidade, independentemente da sua correcção política, a fenómenos sociais emergentes, a naturezas sociais, a estados-de-espírito, à instabilidade social e à omnipresença magmática da violência, mais probabilidades teremos de nos encontrarmos face a outras formas de saber alternativos, provavelmente contraditórios e conflituantes entre si (como acontece entre diferentes aspectos da realidade), cujas eficácias combinadas poderão ser fontes de inspiração e de desenvolvimentos teóricos e metodológicos. Como no passado, aliás.

Em termos pragmáticos de empregabilidade, a ideia decorre do seguinte: uma teoria aberta, apelativa de contribuições cognitivas de outras áreas do conhecimento – incluindo não científicos, como sejam as doutrinas jurídicas ou as práticas curativas de base empírica – está destinada a encontrar-se com representantes dessas áreas de conhecimento num lugar de partilha, de enriquecimento intelectual e experimental mutuamente utilizado, de forma não hierárquica. Em vez da sociologia servir as instituições de saúde ou jurídicas, a sociologia colocar-se-ia como parceira para partilhar as missões do Direito (que se aplica directamente à sociedade) e das ciências de saúde (que cada vez mais profissionais e políticos sabem ser preferível que se apliquem à sociedade, em vez de se aplicarem aos indivíduos isolados dentro de instituições concentracionárias).

O sucesso de uma estratégia como esta não tem destino marcado, evidentemente. Mas poderia abrir vastos mercados, actualmente inexistentes, para os profissionais sociólogos.



Teorias e estratégias

Os analistas da política têm uma forma de compreender os potenciais de cada proposta estratégica em função do público-alvo. Quando o *leader* se dirige aos seus apoiantes, isso significa menos probabilidade de ver acolhida a sua liderança pelo público. Quando se dirige ao público mais abstracto, as probabilidades de sucesso estratégico aumentam.

Do mesmo modo, quando as teorias sociais se concentram em distinguir os fenómenos macro dos fenómenos micro, perspectivas praxiológicas das culturais, os sinais de latência das evidências, a disposições das práticas, ao falarem para rivais interiores ficam menos atentas à complexidade e vida sociais. É claro que fixar a vida social através de métodos expeditos e trabalhar sobre os dados assim obtidos como se fossem a própria realidade é um processo de redução útil e válido. Na condição de a rotina – e os compromissos profissionais e políticos que a permitem instalar-se – não nos fazer esquecer tratar-se de um reducionismo, a pedir complementos de mais sociologia, aberta a outros saberes mobilizáveis nos mesmos campos de acção social. É preciso, e é possível, atender-se teórica e metodologicamente à natureza instável da vida humana e, por maioria de razão, da vida cognitiva e social.

Não há só uma instabilidade paradigmática nas teorias sociais. Não há só instabilidade conceptual sempre que os conceitos saltam de uma disciplina para outra. Há também uma instabilidade fáctica nos fenómenos sociais. Há uma irreversibilidade natural dos objectos a que a noção de equilíbrio, central nas análises científicas, não faz fé, cf. (Prigogine 1966). Há também uma *instabilidade natural dos seres humanos*, bem como da vida em geral, sujeitos a processos repetidos mas sempre renovados de desenvolvimento, de nascimento, crescimento, maturidade e morte, de reprodução, incorporação de saberes e de esquecimentos, de acção e reacção mais ou menos abrupta ou/e estruturante. É a isso que pretende referir-se a sociologia da instabilidade.

A violência da instabilidade

Quantas vezes se criticam as teorias sociais como incapazes de representar (compreender ou explicar) as mudanças sociais? Por ignorarem os conflitos sociais, por tornarem abstractas as vidas quotidianas? A sociologia da instabilidade coloca a questão ao inverso: porque será que a teoria social se esforça tanto em representar sem violência e sem história as sociedades, em vez de as apresentar na sua instabilidade irreversível?

Uma primeira resposta é metodológica. As limitações práticas e cognitivas dos investigadores levam-nos a simplificar e reduzir a realidade a algumas variáveis discretas, na esperança – de resto confirmada pelos avanços das ciências e das tecnologias – de aumentar de forma acelerada e generalizável os conhecimentos da humanidade. A segunda resposta é social, e foi dada acima: quem avalia a empregabilidade dos sociólogos precisa de respostas concisas, eficazes e insusceptíveis de produzirem interferências estratégicas instabilizadoras da conjuntura de dominação e/ou de exploração de que sejam beneficiários (quem emprega pode também desempregar).

Os resultados práticos são o enviezamento das teorias sociais, como limalha organizada por um campo magnético: sendo embora a génese da teoria social uma reacção intelectual às profundas mudanças da organização e da vida social vividas no século XIX, dá-se como que uma fixação da nossa atenção nas



mudanças modernizadoras então ocorridas – a celebrada transição do feudalismo para o capitalismo – como se esse tivesse sido o primeiro e único fenómeno emergente alguma vez presenciado pela humanidade. Todos os outros fenómenos emergentes ficaram ofuscados por tamanho brilho, cuja energia é real, mas também é isolada e ampliada ideologicamente pelas teorias sociais.

Preocupados com as guerras e os comportamentos violentos em geral, os sociólogos têm tendência a aceitar as representações de senso-comum (impregnadas de repugnância incorporada) sobre o que seja violência legítima e defensiva e o que seja violenta disruptiva e anti-social. Por exemplo: (Wieviorka 2005) estuda exaustivamente a violência na sociedade, admitindo no final do livro não ter focado a violência de origem institucional (separou o macro do micro, como se usa dizer). E por isso pode escrever, falando de cima para baixo: “Devemos aprender a aceitar a ideia dum fundamento não social, anti-social, no que mina e desumaniza a vida colectiva (...) [, a] opor uma concepção social do bem à violência, isto é ao mal, incluindo as suas dimensões mais subjectivas”.

O autor sucumbiu ao *dictat* da obrigação de separar os fenómenos normais dos anormais, os fenómenos estruturais (pensados como de origem institucional) dos fenómenos marginais (ocorridos apenas na vida extra institucional), os factos sociais dos factos anti-sociais. O que o obriga a fixar unilateralmente o lugar do discurso – o seu lugar de teorizador – lá em cima, no nível social onde as estratégias sociais são mais consciente e racionalmente consideradas e trabalhadas. Por contraste com os níveis sociais de baixo, onde predominam as preocupações de viver o dia-a-dia, quantas vezes mais violento do que a experiência quotidiana dos membros das classes dominantes, com recursos de protecção pessoal muito superiores? Leia o leitor novamente a frase citada, colocando-se à porta de um “bairro problemático” em dia de invasão policial, e interprete-lhe o sentido... Será mesmo isso que o discípulo de Touraine quer dizer?

(Ana Nunes de Almeida e alt. 1999) citam um autor americano que escreve: “A família americana e os lares americanos são talvez tão ou mais violentos que qualquer outra instituição ou lugar americanos (com excepção dos militares, mas só em tempo de guerra)”. Estudavam os maus tratos a crianças e Portugal. Contrastam o horror dos relatos recolhidos com o acolhimento feito pela teoria social das representações modernas da família e da criança, quais aconchegos amorosos à luta económica diária, sem quartel. Sofrem a repugnância civilizada dos públicos a quem apresentaram os resultados do estudo, já depurados dos relatos – auto-censurados como repulsivos. Sentiam-se como “um grupo de mulheres um bocadinho ansiosas”, no dizer da autora principal, perante a fria censura do silêncio do público. Foram, portanto, convidadas a participar no segredo social mais geral sobre a violência doméstica, que resiste aos ataques de revelações por vezes escandalosas, imediatamente abafadas por silêncios profundos e apaziguadores.

Mencionar a violência emergente, seja ela quotidiana ou criminal, íntima ou pública, é um acto de conotações morais e políticas vincadas. Demasiado vincadas para o que a teoria social pode aspirar a fazer? Será a sociologia da instabilidade uma impossibilidade política e ideológica, antes mesmo de o ser metodológica e socialmente?

A sociologia da instabilidade tem por efeito instabilizar práticas estabelecidas e as boas consciências. Por exemplo, aquando da apresentação do resultado de três entrevistas a ex-presos que contaram histórias inquietantes, a primeira reacção dos colegas foi perguntar se se poderia assegurar o rigor factual do que era mencionado em tais entrevistas. Como se perante pessoas que cometeram crimes apenas fossem admissíveis inquéritos policiais. Ou como se alguma vez os sociólogos tivessem modos de evitar a falsificação de respostas nos inquéritos ou nas entrevistas, sem ser pela interpretação e validação



científicas metodicamente organizadas. Outro exemplo: quando se provoca a introspecção num auditório, notando a todos e a cada um a natureza humana que partilhamos. É ela que nos leva, naturalmente, a recusar oferecer publicamente a nossa violência doméstica, que eventualmente se passe em casa, como objectos de análise. Sempre admitiremos entre todos tal coisa ser impensável de ocorrer connosco: não somos anormais! Outro exemplo ainda é quando se afirma serem os nossos mais próximos quem é mais capaz de nos querer e fazer mal, na vida pessoal como na vida profissional, nos movimentos sociais, etc. O exemplo pode ser o do médico chefe de um centro de tratamento de crianças sexualmente abusadas preso ... por ser abusador sexual de crianças.

É evidente, pelos exemplos alegados, estar a psicologia bem apetrechada para nos ajudar a desenvolver a sociologia no sentido aqui proposto. Também o direito terá, neste aspecto, contribuições para nos oferecer. E a etologia e a neuro-biologia também. Um dos campos privilegiados de observação empírica para desenvolver tal programa de abertura e aprofundamento das teorias sociais são as catástrofes ou acidentes, quando a natureza humana, inatamente biológica mas também socialmente incorporada, se revela de forma mais evidente. Tanto a nível micro como macro, nas práticas e nas culturas, nas disposições latentes e manifestas. Lá onde menos a sociologia tem chegado, onde a instabilidade domina e a sociedade se revela. Lá onde cada vez mais, por efeito da globalização experimentalista, das mudanças climáticas, das transformações demográficas, ou da reformulação política das instituições, o caos parece instalar-se nas práticas. E também nas dificuldades das ciências rotinadas em abordarem teórica e metodologicamente tais cenários. Pode falar-se do terrorismo em Nova York, da ruptura dos diques de protecção em Nova Orleães, da luta política em África, no Iraque, no Afeganistão ou no Kosovo, da guerra das estradas, dos novos pobres na União Europeia, nas redes globais de tráfico humano e nas redes de tortura sem fronteiras, e muitos outros assuntos, desde a imigração até à emergência, virtual ou actual, de movimentos de massas.

Naturezas sociais e estados de espírito

As ciências de emergência têm origem em várias tradições disciplinares e estão preparadas para participarem em formas cooperativas de ataque científico a fenómenos do género dos acabados de mencionar. Bem como a outros, como seja a formação e acompanhamento dos quadros de saúde preparados para interagir com os doentes no meio social onde estes vivem, em vez de os obrigarem a deslocar a (e de os isolar nos) hospitais. Ou a formação e acompanhamento dos quadros de ajuda ao desenvolvimento, ou de ajuda humanitária, de quem se espera mais eficácia na acção, menos desigualdade entre cooperantes e autóctones, menos dependência Norte-Sul. Este tipo de emergências são, ao mesmo tempo, o que surge e o que urge, o que se actualiza e tende a perder actualidade, seja por via de processos de normalização seja por via de processos de segregação (recalcamento, segredo, repressão).

A sociologia da instabilidade será tanto mais eficaz quanto melhor for capaz de responder às solicitações e necessidades de observação e intervenção em emergência. Será uma sociologia despojada de pretensões de tudo compreender ou explicar, aberta às contribuições de outras ciências, seja como inspiradoras de novos modos de observar as sociedades seja como contribuições especializadas sobre como entender realidades extra sociais. Será o contributo da sociologia para as ciências de emergência.

Na proposta desenvolvida neste sentido destacam-se dois conceitos: o de naturezas sociais e de estados-de-espírito. Representam referências à *igualdade natural* entre todos os seres humanos, quando biologicamente comparados com as outras espécies vivas, e à *integralidade* de cada ser humano: desde as células constituintes, autónomas entre si mas incorporadas nos seres vivos superiores, até às emoções e



sentimentos, descritos por (António Damásio 1999) como expressões da regulação homeostática que liga cada um dos seres vivos às suas partes constituintes, até à consciência colectiva, a que o neuro-cirurgião luso-americano chama emoções sociais (Damásio 2003). O mundo celular está ligado ao mundo espiritual, passando pelo mundo social.

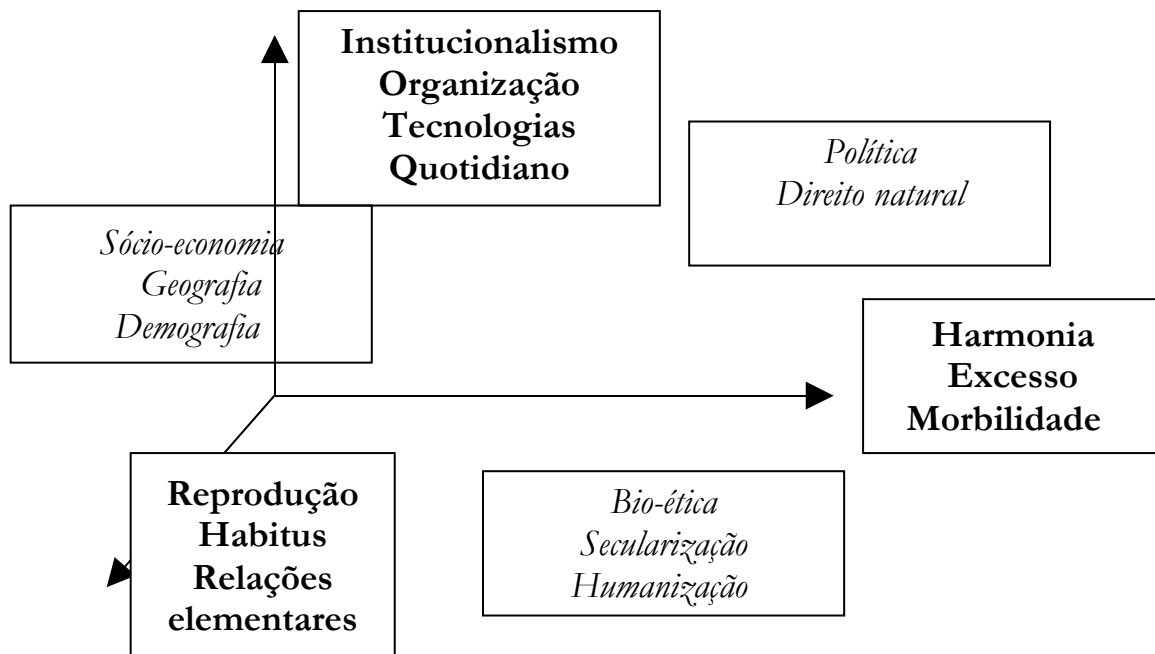
A sociologia pode libertar-se da fixação na revolução francesa, fenómeno emergente que a inspirou e lhe deu unidade ideológica? Em todo o caso, terá que reconhecer a existência de sociedades humanas e de *homo sapiens sapiens* muito antes dos últimos duzentos anos e muito para além dos próximos duzentos anos (se o planeta resistir às nossas torturas). Tais sociedades terão, como intuía Durkheim, em *Formas Elementares da Vida Religiosa*, a mesma natureza das sociedades mais simples, por contraste com as sociedades de outros animais. Ainda que as civilizações sejam capazes de transformar as tendências humanas violentas em conflitos organizados de modo construtivo, de modo institucional. Não foi este processo que ficou mais iluminado pelas hipóteses de Bourdieu sobre o *habitus*? *Com a sociologia da instabilidade, esta última é a base sobre a qual se constroem, ou destroem, as emergências sociais.*

Seguindo a sugestão de Elias para explorar perspectivas de muito longo prazo, propomo-nos trocar a ancoragem teórica original da sociologia na emergência da Revolução Francesa pela *ancoragem da emergência dos seres humanos no planeta*. Tal tarefa inspirará à sociologia uma humildade e generalidade capaz de contribuir para o esforço científico multidisciplinar. Deverá saber concentrar-se naquilo em que, de facto, se especializou: nomeadamente na análise de estados-de-espírito, de consciências colectivas. Não apenas aquela a que se refere Durkheim e que se costuma reproduzir de forma reificada e absurda. Mas também outros desenvolvimentos e expressões analíticas de estados-de-espírito – como seja o espírito do capitalismo em Weber, o espírito revolucionário em Marx, as disposições em Bourdieu, os fechamentos de Parkin, as culturas profissionais de Sainsaulieu, e muitas outras contribuições que há que estudar e reorganizar.

Cada pessoa não é apenas as suas práticas observáveis ou o sentido das suas acções interpretadas pelo sociólogo, como propõe pragmaticamente a teoria da acção social. Cada pessoa também não é apenas aquilo que a sociedade construiu dentro de si, de forma inelutável. Cada pessoa é muitas, na prática e virtualmente, como Pessoa bem intuiu artisticamente. Todas as pessoas são instáveis. Instabilidade que se reduz com a morbilidade e termina com a morte.

A liberdade moderna é a valorização da criação de oportunidades de expressão para todos, através da transparência institucional, da responsabilização pelos formalismos do direito e dos apelos à solidariedade e coesão sociais. Cada moderno deve ter a oportunidade de se poder apresentar como preferir, sendo livre de refazer a sua escolha a qualquer momento. Idealmente, já se vê. Na prática as desigualdades sociais e as instituições limitam bastante o ideal. Tendo, alguns, acesso a graus de liberdade que são incapazes de explorar e estando, outros, reduzidos à incapacidade de reagir à morbilidade.

Ainda assim, a sociologia deve ser capaz de descobrir em cada ser humano a sua diversidade de disposições potenciais e efectivamente utilizadas, tornando a representação de cada inquirido mais complexa e mais real.

*Quadro analítico dos estados-de-espírito*

A teoria dos estados-de-espírito antevê a hipótese de existirem um número finito de disposições tipo, de estados-de-espírito sociais, que cada ser humano tende a aprender, a fixar, a mobilizar e a interpretar à sua maneira, do mesmo modo que a relação entre as partículas sub-atômicas, na prática, acaba por ser limitada aos elementos atômicos classificados na tabela periódica.

É claro que há sobretudo instabilidade e irreversibilidade. Por exemplo, à medida que vamos envelhecendo já não nos é possível assumir muitos dos estados-de-espírito próprios de idades etárias anteriores, evidentemente. Mas, para começar, esta é a proposta: identificar estados de espírito vulgares e reconhecíveis, de modo a poderem ser caracterizados cientificamente não apenas pela sociologia mas também pelas outras ciências: espírito de submissão, espírito proibicionista, espírito revivalista, espírito de resignação, são nomes de estudos realizados no âmbito deste programa de pesquisa.

Estado-de-espírito significa uma forma tipificável de sintonização e coordenação entre todos os níveis, dimensões, entidades, dinâmicas, sociais e extra-sociais de uma pessoa que possa ser replicável por outra, através da aprendizagem, do mimetismo, da compreensão ou de outra forma.

As dinâmicas analíticas a privilegiar (assinaladas por setas e a negrito no quadro) não se referirão à revolução francesa (poder, economia, sociedade, cultura) nem ao capitalismo avançado (capitalismo, industrialismo, segurança interna e belicismo, como com Giddens acima citado). Referem-se à natureza humana, que a) se reproduz biológica e socialmente, b) permite e exige a individuação, isto é, um espaço de procura de harmonia num ser particularmente incompleto e aberto à construção de si próprio e do meio envolvente, social e físico, c) elabora material e simbolicamente rituais para distinguir radicalmente diferentes níveis de realidade social, como notou Durkheim ao estudar o espírito profano e o espírito religioso nos australianos.



Cada uma destas dinâmicas trabalha autonomamente entre si, ancoradas em distintas dimensões da realidade que se constituem e revelam quando relacionamos duas a duas cada uma das dinâmicas citadas. Quando a reprodução for a primeira prioridade das sociedades, toda a atenção se fixará no controlo dos indivíduos, em especial das mulheres, utilizando-se para tal todos os recursos simbólicos e materiais disponíveis, conforme representado na base do quadro, descrito pelos antropólogos e fixado na noção de solidariedade mecânica de Durkheim. Tal configuração, porém, estará sempre sujeita à capacidade/necessidade dos humanos de comunicarem e se coordenarem socialmente entre si (dimensão representada no lado direito da figura), em função das práticas habituais e dos seus resultados (dimensão do lado esquerdo da figura).

A coordenação social e pessoal nos humanos tende a construir instituições, a fixar valores e símbolos associados a estados de espírito aprendidos, ensinados e transmitidos em várias direcções, incluindo para fora das sociedades – na direcção dos outros animais e plantas e até eco-sistemas envolventes, para além de outras sociedades humanas. É mais cómodo e menos consumidor de energias organizar a harmonia social e pessoal, contra a natural instabilidade. Criam-se inércias e resistências às mudanças. Isso é útil para permitir a concentração e planeamento de esforços noutros trabalhos que possam ser acumulados aos já adquiridos, de que a fala, o Estado e a escrita são exemplos.

Ao mesmo tempo, fala, Estado e escrita são alvo de brincadeiras, manipulações, instabilidades, usos irracionais, sem os quais as pessoas não podem passar, por ser essa a sua natureza profunda, própria da vida. Não será isso a arte?

Assim se constroem e fixam níveis de realidade social distintos e distinguíveis entre si, que sugerem a mobilização de estados de espírito diferenciados: o quotidiano, a vida profissional e institucional, a vida pública onde se produzem e afirmam intencionalidades, sendo os níveis mais elevados mais rarefeitos de relações sociais mas, ao mesmo tempo, mais intensamente investidos e com efeitos práticos mais fortes e longínquos. É esse o poder do espírito humano em sociedade.

Notas finais

Os fenómenos emergentes marcam a vida social e pessoal de forma indelével. Marcam também a vida cultural e científica. No século XIX pensava-se que a humanidade era velha de poucos milhares de anos. Hoje sabemos que a espécie humana existe há um milhão de anos. O século XIX ficou encantado, fascinado com o apocalipse capitalista e as promessas de pacificação global, de um novo Homem e do fim da pré História. Hoje sabemos ter isso sido um efeito do trauma revolucionário e, na prática, que o industrialismo arrisca ser a causa eficiente do fim da experiência da vida humana à face da Terra.

A sociologia apropriou-se das representações urbanas, estatais e burguesas. Repugna-lhes as menções à violência natural nos seres humanos. Fez desse sentimento projecto ideológico apologético da concretização prática dos programas modernizadores. A sociologia demarcou-se da “engenharia social”, isto é, da manipulação directa das pessoas e das sociedades desenvolvidas por outras ciências e, principalmente, pelos poderes policiais, militares e de segurança. Caracterizou como anti-social e anormal a violência. Mas acompanha geralmente o senso comum sempre que seja preciso fazer vista grossa, e sinceramente ignorar, a violência dos constrangimentos sociais estruturais (como sejam a violência doméstica ou o desrespeito pelos direitos humanos). Fá-lo, nomeadamente, respeitando como fronteiras



intransponíveis as arbitrarias divisões disciplinares que a separam das ciências políticas, das relações internacionais, dos estudos estratégicos, da criminologia, dos estudos policiais, da assistência social. Fá-lo através da mobilização moralista (e por vezes imoral) da repugnância civilizacional para desmobilizar e/ou encobrir evidências incómodas. Fá-lo também através da conceptualização de preconceitos de senso comum, de que são exemplos as associações descuidadas entre presos, criminosos, jovens em risco, delinquentes, pobreza e criminalidade, decorrentes de más interpretações de estatísticas e dados oficiais. Quando é evidente – se se quiser pensar um pouquinho – que muitos dos que cometem crimes não estão presos e também haverá alguns inocentes nas cadeias. A pobreza, pelo facto de ser mais vigiada e condenada pelas instituições repressivas, não é, por natureza, criminogénea. Ainda que a pobreza manifesta seja repulsiva, por nos revelar a fragilidade factual das nossas esperanças de sucesso da modernização, os comportamentos desviantes (da moda das pessoas integradas em classes sociais mais estabelecidas e de estatuto social superior ao dos agentes da repressão do Estado) só serão criminogéneos se se puder provar, sociologicamente, existir uma propensão criminosa superior nas pessoas que vivem nessas condições. O que está longe de estar provado.

A sociologia da instabilidade propõe-se oferecer a) uma perspectiva especializada mas aberta a e necessitada do conhecimento externo, b) sem preconceitos quanto ao sucesso e bondade dos processos de modernização, c) procurando revelar os mecanismos bio-sociais e normativos construtores de segredos sociais capazes de reforçarem estigmas e desigualdades sociais indesejáveis, d) concentrada na explicação da procura universal de harmonizações dos espaços, dos tempos e da vida, a partir da caótica e irrepitível instabilidade fundamental.

Para o efeito, desenvolveu-se o espaço analítico acima brevemente apresentado, que ajuda mas não evita a análise fenomenológica complementar (onde se possam agregar conhecimentos de outras disciplinas, como a fisiologia, a neurologia ou a psicologia, a filosofia, o direito, a política). Cujos primeiros resultados podem ser observados em trabalhos citados em <http://iscte.pt/~apad/estesp>.